

A013511

Novo modelo previdenciário

O seminário "As Reformas que o Brasil Precisa", que está sendo realizado pela Rede Gazeta, colocou em debate um dos pontos que têm suscitado mais polêmica nas propostas de reestruturação do sistema de Previdência Social estatal. Trata-se do modelo de aposentadoria. Ele deve ser unificado? Ou deve distinguir egressos dos quadros estatais e das empresas privadas?

Palestrante do seminário, o ex-ministro da Previdência, José Cechin, defendeu no auditório da Rede Gazeta o tratamento único. Ele entende que o principal é que prevaleça o princípio da justiça. Ou seja, que a reforma consiga criar uma Previdência na qual o aposentado receba exatamente sobre o que contribuiu ao longo dos anos de labuta.

Assim, o Brasil teria um processo atuarial sem distorções - não facilmente aplicável, mas, sem dúvida, desejável. A defasagem dos valores dos benefícios constitui uma das antigas queixas do aposentado brasileiro. Desde a época da inflação desbragada formou-se um vasto histórico de valores injustos, que geraram enxurradas de processos judiciais.

A remuneração da aposentadoria conforme o montante da poupança acumulada nas deduções do salário do trabalhador obviamente pressupõe a inexistência de teto. Este é outro viés de forte discussão na tarefa de como formatar a reforma previdenciária. Existem questões pacíficas, com jurisprudência já firmada no Supremo Tribunal Federal. Mas não são todas. Até que ponto a fixação de

limites de pagamento a aposentadorias não estaria ferindo direitos adquiridos? Este foi outro aspecto intrigante levantado nas discussões no auditório da Rede Gazeta.

De dentro do próprio Governo federal ouvem-se opiniões diferentes sobre a imposição de limites à remuneração dos aposentados. São pontos de vista baseados em projeções de disponibilidades financeiras, isto é, da arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). E essas contas não têm números constantes. Medidas administrativas que estão sendo anunciadas deverão permitir neste ano a economia de pelo menos R\$ 34,8 milhões no arcabouço previdenciário. Já é um alívio, todavia o déficit é gigantesco.

No ano passado, o Governo pagou

o equivalente a 11,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de aposentadorias e benefícios. Os dispêndios totalizaram R\$ 149 bilhões, sendo R\$ 88 bilhões para empregados na iniciativa privada e R\$ 19,5 bilhões para servidores públicos. O déficit nominal cresceu 32,4% em relação a 2001 e atingiu R\$ 71 bilhões, colocados pelo Tesouro para fechar as contas da Previdência. Em 1994, essa mesma Previdência era superavitária. Porém, de 1995 a 2002, os gastos com aposentadorias aumentaram mais de 4.000% e a arrecadação não acompanhou.

Essa situação deixa claro que o desafio central está em encontrar a auto-sustentação da Previdência. É uma solução que não pode ser mais adiada, sob risco de futuro colapso no sistema.